



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO N.º 1.00840/2021-78

RELATORA: Conselheira Sandra Krieger Gonçalves  
REQUERENTE: Carlos Vinicius Alves Ribeiro  
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Goiás  
INTERESSADAS: Cláudia Maria Rojas de Carvalho  
Márcia Maria Samartino Costa  
Melissa Sanches Ita

VOTO

Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo instaurado pelo Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Carlos Vinicius Alves Ribeiro, contra o Ministério Público do Estado de Goiás, em função de decisão do Conselho Superior no julgamento da promoção por merecimento para a 12ª Promotoria de Justiça de Aparecida de Goiânia.

- **Não aplicação dos itens do art. 164 da LC 25 que dizem com atividade fim**

**Adoto o bem lançado relatório da Conselheira Sandra Krieger e, no mérito, acompanho-a. Saliento, porém, a necessidade de se realçar e acrescentar dois pontos específicos que permeiam o contexto fático que ora se julga.**

Primeiramente, exsurge a inaplicabilidade, ao requerente, dos incisos do art. 164 da Lei Complementar nº 25/98 (Lei Orgânica do MP/GO) que dizem direta e exclusivamente com exercício de atividades realizadas nos órgãos de execução na origem.



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A adoção dos referidos dispositivos, no caso sob exame, acarretaria a desconsideração e descrédito, pelo Conselho Superior do MP/GO, das atribuições exercidas pelo requerente como membro auxiliar do CNMP, como se isso fosse alguma espécie de demérito, quando, como afirmado pela eminente relatora, trata-se em realidade de importante atuação que auxilia em ações e projetos de alta relevância que impactam todo o Ministério Público brasileiro e que contribui para o aperfeiçoamento institucional.

Nesses sentidos, o requerente não poderia ser prejudicado pela adoção de critérios restritos ao exercício de atividades realizadas nos órgãos de execução, sob pena de se desprestigiar o trabalho do próprio Conselho Nacional do Ministério Público, como órgão de cúpula do controle administrativo do Ministério Público e do exercício funcional de seus membros.

Conforme apontado pela relatora, o Conselho Nacional de Justiça possui normativo específico para essas situações. Nos termos da Resolução CNJ nº 06/2005, *“No caso de afastamento ou de licença legais do magistrado nesse período, será considerado o tempo de exercício jurisdicional imediatamente anterior (...)”*.

Conquanto o CNMP não possua Resolução semelhante, já existem precedentes nesta casa que vão ao encontro desse entendimento. E esses precedentes foram citados pelo próprio requerente. Já entendeu o Conselho, por exemplo, que o exercício da função de Assessor em Procuradoria de Justiça dispensaria o membro da *“apresentação de certidão da regularidade de serviço judicial e extrajudicial”* para fins de avaliação de merecimento (PCA 1.00940/2019-52). Em outra ocasião, decidiu-se que a licença para tratamento de saúde deveria ser desconsiderada para fins de merecimento, valorando-se tão somente a situação do membro previamente ao afastamento (PCA 1016/2007-14).

**Na espécie, o Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Goiás deverá considerar preenchidos pelo requerente os critérios do artigo 165 da Lei Orgânica local, o que lhe possibilitaria disputar em pé de igualdade com os demais candidatos que estão desenvolvendo suas funções em atividades finalísticas, quando do novo julgamento do edital.**



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- **Art. 3º, inc. II e III, da Resolução CNMP nº 02/2005**

Em segundo lugar, é preciso observar atentamente o que consta do art. 3º da Resolução CNMP nº 02/2005, que *“dispõe sobre os critérios objetivos nas promoções e remoções por merecimento dos membros dos Ministérios Públicos da União e Dos Estados”*.

Nos termos do citado dispositivo, **dentre os critérios que o CNMP estabeleceu como de observância obrigatória pelos atos normativos locais que regulamentem as promoções e remoções por merecimento constam: (i) o “*número de vezes em que já tenha participado de listas*” (art. 3º, inciso II) e (ii) a *freqüência e o aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento* (art. 3º, inciso III).**

Isso delinea a preocupação do Conselho Nacional do Ministério Público com certos critérios que foram considerados prioritários e, conseqüentemente, mais consentâneos com aquilo que se espera de um julgamento destinado a aferir objetivamente o merecimento dos membros do MP.

**O exame realizado pelo Conselho Superior do MP/GO, porém, desconsiderou esses critérios.**

**Dentre os participantes, o requerente foi o que mais vezes figurou em lista de promoção por merecimento: foram quatro, no total. Inclusive, pelo que consta, todas as vezes em que o requerente participou de promoção por merecimento obteve êxito em figurar na respectiva lista.**

**Esse fato não pode ser desconsiderado pelo Conselho Superior local ante o comando expresso do inciso II, do art. 3º, da Resolução n. 02/2005.**

Igualmente, no que tange à **freqüência e o aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento**, geradora de qualificação técnico-jurídica do membro do Ministério Público, é notório o currículo do requerente: Mestre e Doutor pela USP e Pós-Doutor pela USP e pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo, ademais, participado de mais de cem cursos de capacitação.



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**Essa circunstância foi basicamente desconsiderada pelos CSMP-GO, que se limitaram a pontuar como atendido o requisito de participação em cursos de aperfeiçoamento, igualando situações que são, essencialmente, diferentes.**

**Ora, é evidente que, na avaliação do preenchimento dos critérios para fins de promoção por merecimento, não basta a mera constatação do adimplemento de um requisito ou outro, mas uma valoração qualitativa e quantitativa que leve em consideração, dentre outros critérios, a profundidade do conhecimento adquirido e sua pertinência para o exercício funcional.**

Em síntese, portanto, a decisão questionada é nula porque, além de não se aplicarem, ao caso, os critérios de avaliação exclusivamente relacionados com o exercício em órgãos de execução, o Conselho Superior deveria ter, fundamentadamente, avaliado e considerado as vezes em que o requerente figurou em lista de merecimento, bem como sua respectiva qualificação técnico-jurídica.

Feitas essas considerações, acompanho a relatora para, julgar PARCIALMENTE PROCEDENTE o Procedimento de Controle Administrativo e, conseqüentemente, declarar a nulidade julgamento Edital de Promoção por Merecimento nº 91/2021, determinando ao Conselho Superior do MP/GO, em novo julgamento, que:

- (1) por ocasião da apreciação do nome do requerente, também considere a atual atividade do demandante, na qualidade de membro auxiliar do CNMP, abstendo-se de privilegiar aqueles que estão atualmente em pleno exercício da atividade-fim;
- (2) avalie os requisitos referentes à atividade-fim do requerente considerando o exercício ministerial em órgão de execução no período imediatamente anterior ao afastamento ;
- (3) considere adequadamente as vezes que o requerente figurou em lista de merecimento, nos termos do inciso II, do art. 3º, da Resolução n. 02/05 do CNMP;



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- (4) avalie qualitativamente a capacitação técnico-jurídica do requerente, nos termos do inciso III, do art. 3º, da Resolução n. 02/05 do CNMP; e
- (5) considere as informações constantes nos assentos da própria administração do Ministério Público e passíveis de serem obtidas em fonte aberta de busca.

É como voto.

Brasília-DF, data da assinatura digital.

*assinado digitalmente*

**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**

Conselheiro Nacional